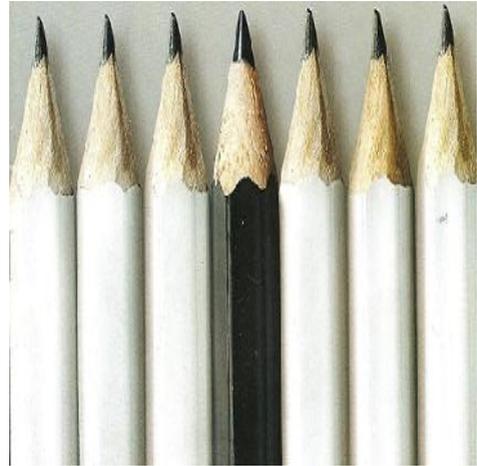


A dinâmica do movimento negro brasileiro no campo da Educação

Jurandir de Almeida Araújo¹

Introdução

Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no país (João Reis).



A reivindicação dos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados pela ocupação de espaços que lhes tem sido negados e/ou impedidos de participar, assim como, por direitos civis, é algo que se faz presente na história da humanidade desde os tempos mais longínquos. Neste sentido, como observa Boneti (2007, p. 143), “em cada momento histórico, os movimentos sociais se expressam de forma diferente, buscando a construção de uma ordem a partir de uma realidade também diferente”. Ou seja, as organizações e/ou manifestações sociais se expressam conforme o contexto social e histórico no qual estão inseridos.

Todavia, os movimentos sociais, no Brasil, só começam a ocupar espaço na esfera pública do país a partir da segunda metade do século XX,

O Movimento Negro brasileiro, ao longo da sua história, busca reverter à condição de subalterno em que negros/as se encontram na sociedade brasileira. Nas últimas décadas, mesmo com todas as dificuldades, tem conseguido dar visibilidade tanto às suas demandas à sociedade quanto à sua atuação na elaboração de políticas afirmativas de inclusão, reparação e respeito à diversidade, em todas as áreas sociais, principalmente, na educacional, aonde as principais mudanças vêm acontecendo. Assim, o objetivo do presente artigo é trazer para a discussão a dinâmica desse movimento na promoção da educação das relações étnico-raciais no país. Os resultados, embora lentos, são notórios e significativos.

¹ Mestrando em Educação e Contemporaneidade - Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Desigualdade e Diversidade. Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação FORD. Orientadora: Delcele Mascarenhas Queiroz.
E-mail: juran-araujo@hotmail.com

quando emerge, no cenário político e social brasileiro, um amplo e diversificado número de novos movimentos sociais. Os quais assumem um caráter mais agressivo na reivindicação pela garantida e ampliação de direitos, isto é, uma ação mais aguerrida frente ao Estado e a sociedade brasileira como um todo.

As organizações e/ou manifestações negras que se faz presente na história do Brasil desde que os primeiros negros foram tirados das suas terras, no continente africano, e para cá trazidos à força e escravizados, só passou a ser vista como movimento social do negro e a ter alguma visibilidade no cenário político e social brasileiro a partir da década de 1970, com a criação do Movimento Negro Unificado - MNU. Movimento esse que sacudiu as estruturas racistas da sociedade brasileira, trazendo para o debate as problemáticas enfrentadas pela população negra no país, dando, assim, notabilidade ao movimento negro e suas reivindicações. Dentre essas, o acesso a uma educação pública, democrática e de qualidade; uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e que se faz presente nos diferentes espaços educativos.

Assim, nas últimas décadas, o Movimento Negro brasileiro tem, de forma ativa e contínua, desenvolvido ações estratégicas para que o Estado e, em particular, as escolas ponham em prática uma educação plural, isto é, uma educação para a diversidade, uma vez que, desde o início, no período colonial, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, a educação brasileira se encontra estruturada sobre dois eixos: exclusão e abandono dos grupos menos favorecidos, notadamente negros e indígenas.

Graças às ações constantes do movimento negro, que desde as suas primeiras organizações, no pós-Abolição da escravatura, colocou a educação como uma das suas principais metas de ação, já podemos contar com políticas educacionais que nos orientam na promoção de uma educação das relações étnico-raciais no país. Para Gomes (1997), o Movimento Negro brasileiro tem sido o grande protagonista no movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil, contribuindo significativamente para mostrar a realidade do sistema de ensino e suas contradições, assim como, para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores sobre os aspectos dessa realidade.

A pressão do Movimento Negro brasileiro junto ao Estado e a sociedade brasileira como um todo tem surtido efeitos positivos e os resultados são significativos. Em todos os segmentos da sociedade já se pode vislumbrar mudanças significativas no campo da valorização dos povos negros e sua cultura, mas é no campo educacional que as principais mudanças vêm acontecendo, especialmente, na promoção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, uma educação das relações étnico-raciais.

Assim, o objetivo do presente artigo, originário da pesquisa, em andamento, cuja temática é: “A atuação das organizações negras baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990”, é trazer para a discussão a dinâmica das organizações que compõem o Movimento Negro Brasileiro na reivindicação por uma educação pública, democrática e de qualidade, enfatizando a importância dessas organizações na promoção de uma educação das relações étnico-raciais no Brasil. Embasada nos teóricos que discutem a temática, tais como: Gomes (2011), Gonçalves e Silva (2000), Pereira (2008), Silva e Araújo (2005), Silva (2002), Cavalleiro (2005), entre outros.

O texto ora apresentado está dividido em quatro tópicos: introdução em que apresento brevemente o assunto; No segundo, uma breve reflexão acerca da situação educacional

do negro no decorre da história da educação brasileira, ou seja, desde o período colonial a atualidade; No terceiro, trago para a discussão a dinâmica das organizações negras brasileira no campo da educação; No quarto, a discussão se dá em torno da importância dessas organizações na construção e promoção de uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro; No quinto e último, as considerações finais, minhas reflexões e ponderações acerca das principais questões arroladas e as possíveis estratégias para a superação destas.

Panorama histórico da situação do negro no sistema de ensino brasileiro

Se pensarmos os três momentos em que a historiografia oficial periodiza a história do Brasil: Colônia, Império e República, veremos que nos dois primeiros os negros foram excluídos da instituição escolar, isto é, da educação formal. Não havia interesse na escolarização da força de trabalho, que durante mais de três séculos, quase que na sua totalidade, era constituída pela mão-de-obra escrava. Veremos também que durante o período escravista os negros escravizados não tinham nenhum direito, até o direito a vida estava nas mãos dos seus opressores – os colonizadores. Era uma propriedade privada, e como qualquer outro semente, como o porco ou o cavalo, podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto que ninguém ou nenhuma instituição interviria a seu favor (MOURA, 1984).

De acordo com Silva e Araújo (2005, p. 68), “tão difícil quanto viver numa sociedade escravocrata era adquirir algum tipo de instrução, mesmo que esta se referisse apenas às técnicas elementares da escrita e da leitura”. Os autores ponderam que “a camada senhorial organizava e mantinha a instrução escolar para si, perpetuando-se nos postos burocráticos do Estado, nos cargos políticos e nas melhores posições sociais e econômicas” (id., p. 65).

Manter os negros, principalmente os escravizados, desconhecedores dos códigos da leitura e da escrita era uma forma de mantê-los sobre controle e submissos aos interesses dos colonizadores. Para Fonseca (2001, p. 30), “a não difusão de habilidades como a leitura e escrita, o combate às influências da raça negra na sociedade e a proibição aos escravos de terem acesso a estabelecimentos de ensino, constituíram-se importantes mecanismos de controle”. Complementando o pensamento de Fonseca, Silva e Araújo (2005, p. 65), afirmam que a cruel escravidão a que foram submetidos os negros na colônia brasileira, “além de representar um conjunto de violações de direitos, gerou para esta população um triste legado: a interdição à educação formal”.

Os poucos negros/as que durante o período escravista tiveram acesso aos códigos da escrita, não foi porque o Estado e/ou porque os “seus donos” lhes ofereceram por benevolência, quando isso ocorria, por trás sempre tinha algum interesse, quase sempre, econômico. É válido ressaltar que os negros/as que aprenderam a ler e escrever durante esse período, grande parte, aprendeu com os que já sabiam e/ou observando as aulas dadas aos filhos dos “seus donos” nas casas grandes.

O fim do sistema escravista não significou o fim da exclusão do negro no sistema de ensino. Até meados do século XX, a educação no Brasil era um privilégio de poucos. Ou seja, até 1967, quando é instituído o ensino obrigatório de oito anos, poucos foram os sujeitos pertencentes aos grupos menos favorecidos que conseguiram ter acesso a

educação formal. Até esse período o ensino público brasileiro era tido como de boa qualidade, pois, tratava-se de uma escola que pagava bons salários aos professores, possuía infraestrutura e equipamentos adequados, mas reservado a uma pequena parcela da população – a elite –, enquanto a grande maioria (a população pobre, notadamente a população afrodescendente) que mais necessitava de um ensino de qualidade era excluída do sistema de ensino (ARAÚJO, 2012).

A obrigatoriedade do ensino básico de oito anos converteu a escola pública brasileira em uma instituição garantidora da igualdade de acesso de todos à educação. A partir desse momento tem-se início o processo de democratização e universalização do ensino público no país. Os grupos menos favorecidos passaram a ter maior acesso à educação pública.

Todavia, o processo de democratização e universalização do ensino não significou o fim das desigualdades entre os grupos mais favorecidos e os menos favorecidos. O Estado buscou garantir o acesso de todos, mas não ofereceu condições para que esses novos sujeitos que adentraram na escola permanecessem nela e com êxito, isto é, não criou condições para a igualdade de oportunidades (ARAÚJO, 2012).

Segundo Haddad (2007, p. 31), “os avanços na oferta de escolaridade dos brasileiros não alteraram o quadro das desigualdades na educação”. Assinala ainda que “o processo de expansão da oferta sem compromisso com a garantia da qualidade também produziu um elevado número de analfabetos funcionais e reproduziu mecanismos de discriminação e exclusão” (id. p. 31). Motivo pelo qual a educação ainda é um dos campos de atuação do movimento negro brasileiro. Movimento o qual ao mesmo tempo em que tem questionado o modelo educacional eurocêntrico e monocultural, ainda adotado pela maioria das escolas brasileiras, e que pouco contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade brasileira, tem elaborado e colocado em prática projetos educacionais numa perspectiva plural, que muito tem contribuído para a construção de uma educação mais justa e igualitária; para uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e que se faz presente nos distintos espaços educativos.

Portanto, o direito a educação é uma preocupação antiga do Movimento Negro Brasileiro, o qual desde suas primeiras organizações, pós-abolição da escravidão, toma a educação como uma das principais metas de suas ações, por acreditar ser a educação um dos principais meios da população negra ascender social, cultural e economicamente. Como afirma Pereira (2008, p. 45), além de combater o racismo, o movimento negro, “sempre se esforçou em educar o negro, a comunidade negra – a começar por seus próprios militantes”.

Educação: principal pauta de ação das organizações negras pós-abolição

Livrar-se da condição de escravizados, a que foram submetidos, foi um trabalho árduo que durou mais de três séculos, da mesma forma ter acesso ao sistema escolar, a uma educação pública e de qualidade, que atenda as demandas e interesses da população afrodescendente, é uma reivindicação que se faz presente na sociedade brasileira desde o fim do sistema escravista, no fim do século XIX, uma vez que, o descaso do Estado e da sociedade brasileira para com esta parcela da população, levou negros/as a se

organizarem coletivamente para juntos encontrarem meios de saírem da situação de marginal em que se encontravam e ainda se encontram no país.

Já que o Estado não cumpria com sua obrigação de oferecer a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros o acesso à educação formal, diferentes organizações negras, que surgem no decorrer do século XX, além de reivindicar direitos civis negligenciados pelo Estado e buscar incluir socialmente o negro na sociedade brasileira, passam a investir e direcionar parte de suas ações para o campo educacional.

Assim, por todo o Brasil, após a abolição da escravidão, diferentes organizações negras passam a por em práticas diversas iniciativas de alfabetização da população negra. Mas é a partir de 1945 que as diversas e diferentes organizações que compõem o Movimento Negro brasileiro tomam a educação como uma das principais condições de transformação social, assim como, de acabar com a desigualdade social e racial em que a população negra se encontra na sociedade brasileira. Segundo Silva (2007, p. 123), “os movimentos sociais negros oriundos do período pós quarenta e cinco foram os grandes responsáveis por trazer a público, grande parte das reivindicações por políticas diferenciadas para afro-brasileiros”.

É a partir de 1945 que as organizações negras passam a colocar na pauta de suas reivindicações as políticas diferenciadas para os negros no acesso e permanência destes na escola. Tendo o ano de 1988 como o marco nas discussões sobre as péssimas condições em que se encontram a população negra no país, e conseqüentemente no acesso a sistema de ensino formal (SILVA, 2007). Ano no qual, ainda de acordo a autora acima citada, a denúncia da existência do racismo ganha destaque em todos os setores da sociedade, com ampla cobertura da mídia escrita, falada e televisiva.

Nas últimas décadas, o Movimento Negro tem, de forma intensiva, desenvolvido ações estratégicas para que o Estado e, em particular, as escolas, ponham em prática uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural do povo, isto é, uma educação das relações étnico-raciais. Como assinala Gonçalves e Silva (2000, p. 150), “embora a educação tenha se universalizado, por meio da escola pública e gratuita, ela continua sendo um dos campos de ação das organizações negras”.

Ou seja, mesmo com a democratização e universalização do ensino obrigatório de nove anos, a educação ainda é parte das ações do Movimento Negro nos dias de hoje, visto que, o sistema de ensino brasileiro ainda não oferece uma educação que atenda as demandas e interesses dos grupos menos favorecidos, a exemplo dos afrodescendentes.

Para Silva (2002, p. 140), uma das maiores contribuições do Movimento Negro brasileiro para o desenvolvimento social do povo negro é “sua luta constante pela conquista da educação”. A autora pondera que essa luta deu-se “inicialmente como meio de integração à sociedade existente, e depois denunciando a instituição educacional como reprodutora de uma educação eurocêntrica, excludente e desarticuladora da identidade étnico-racial e da autoestima” do povo negro. Assinala ainda que as entidades negras, através de seus militantes, têm sido responsáveis por inserir nas escolas uma educação paralela e pluricultural.

O pensamento de Silva é corroborado por Lima (2004, p. 29), quando este nos diz que: “além da denúncia do racismo e das desigualdades raciais perpetuadas historicamente nos sistemas de ensino, o Movimento Negro tem elaborado propostas pedagógicas e de intervenção, em contraposição a um cotidiano singular e etnocêntrico nos espaços

educacionais”. Nesse sentido, Gomes (2011, p. 134) afirma que “a ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional aguçada, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas”.

Desta forma, como assinala Arroyo (2007, p. 112):

Deveríamos agradecer o Movimento Negro de maneira particular, os educadores(as), os intelectuais, os pesquisadores e até a infância, a adolescência e a juventude negra por se fazerem presente e interrogante no campo educacional e que por décadas, com insistência, vêm abrindo frestas e se revelando, saindo do ocultamento a que a sociedade e o sistema escolar pretenderam relegá-los.

Portanto, podemos afirmar que a atuação das organizações negras e dos educadores negros comprometido com a educação tem influenciado de forma significativa para a formulação de políticas educacionais plurais.

Para Costa (2006, p. 20), “as reivindicações políticas construídas nas redes transnacionais de movimentos sociais só são legítimas quando penetram as esferas públicas nacionais, submetendo-se às diferentes etapas dos processos nacionais de formação das decisões políticas”. Nesse sentido, pode afirmar-se que os movimentos sociais, notadamente, o movimento negro, têm conseguido algumas conquistas junto às esferas públicas, sobretudo, no campo educacional.

Reservas de cotas nas universidades para afrodescendentes e indígenas, diretrizes curriculares nacionais que orientam na promoção da educação das relações étnico-raciais, leis que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (10.639/03) e da História e Culturas Indígenas (11.645/08) na educação do ensino fundamental e médio, nas escolas públicas e privadas do país, assim como, os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e mais recentemente, a lei 12.288/10 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, são exemplos de algumas dessas conquistas.

Todavia, essas conquistas dos grupos menos favorecidos, em particular da população afrodescendente, no campo das políticas públicas afirmativas, têm sido motivo de muita polêmica no Brasil. Uns são contras outros são a favor, e assim o debate acontece.

Movimento negro e educação para a diversidade étnico-cultural

É notório que, no Brasil, os grupos menos favorecidos estão sendo incluídos no sistema público de ensino, no entanto, ao adentrar no espaço escolar tornam-se invisíveis, isto é, suas culturas são silenciadas e marginalizadas, e quando mencionadas, quase sempre, são colocadas de forma estereotipada e/ou folclorizada.

A luta incessante dos movimentos sociais, notadamente, do movimento negro, por uma educação das relações étnico-raciais tem surtido efeitos significativos frente ao Estado brasileiro e as escolas. Neste sentido, como assinala Gomes (2007, p. 107):

Ao destacar e lutar pelo reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira e cobrar mudanças na prática e no currículo escolares o Movimento Negro traz para o debate público diferentes interpretações

sobre a diversidade e politiza a existência múltipla, variada e dinâmica da população brasileira.

Debate esse que tem contribuído de forma significativa para que os grupos menos favorecidos, em particular, a população negra, consiga do Estado a elaboração de políticas públicas que visam acabar com as desigualdades que perpassam pelo sistema de ensino brasileiro. Assim, como já sinalizado, nos últimos anos foram criadas leis e políticas educacionais numa perspectiva multicultural e antirracista. Leis e políticas essas que orientam na construção e promoção de uma educação para a diversidade, isto é, uma educação plural.

No entanto, poucas são as instituições escolares que desenvolvem de fato uma abordagem educativa plural. Mesmo com os avanços que se vem tendo no campo da educação, segue existindo socialmente situações favoráveis à sustentação do preconceito e da discriminação de grupos sobre outros. A escola, por exemplo, que deveria ser o lugar privilegiado para a formação de valores, o lugar da alteridade, da construção de direitos, continua vinculada a um modelo educacional eurocêntrico e monocultural que não contribui para a formação intelectual e social dos diferentes sujeitos que frequentam o seu espaço.

Ou seja, a maioria das escolas brasileiras ainda continua com uma prática educativa discriminatória, preconceituosa e excludente, que tenta unificar e homogeneizar saberes e, na maioria das vezes, negando saberes milenares por pertencerem a grupos tidos como inferiores (ARAÚJO, 2012). Neste sentido, como afirma Arroyo (2007, p. 116), “a ignorância da diversidade tem operado como um indicador do perfil racista do sistema escolar que precisa ser superado”.

É na escola que a identidade negra, assim como, a indígena, entre outras, ainda continua sendo construída de forma estereotipada, minimizando-se a participação e a importância destes na formação do Brasil, ou seja, na política, na economia, nas relações sociais e na cultura. A escola, em que pensam mudanças neste âmbito, ainda não utiliza materiais didáticos que apresentem pessoas negras e indígenas como referência; oculta conflitos étnicos na sala de aula; não investe na formação inicial e continuada de professores para qualificá-los a trabalhar com a diversidade, ou seja, a escola ainda não está de forma democrática e comprometida estimulando à formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças, seja ela qual for: étnica, cultural, religiosa, gênero, necessidades especiais, idade, etc.

Embora pareçam acontecer de forma amistosa as relações étnico-raciais e/ou culturais no cotidiano escolar são marcadas por conflitos e tensões que ocorrem, quase sempre, de forma silenciosa. Situações de racismo, preconceito e discriminação para com as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e outros grupos historicamente discriminados, na maioria das vezes, passam despercebidos pelos professores e demais profissionais que atuam na escola, e quando percebidos são consideradas como sendo resultado do convívio familiar e/ou do meio social ao qual pertence o promotor de tais atos. A esse respeito, Candau (2010, p. 32) observa que:

Situações de preconceito e discriminação estão com frequência presentes no cotidiano escolar e muitas vezes são ignoradas, encaradas como brincadeiras. Tanto no diálogo interpessoal como em momentos de reflexão coletiva, a partir das situações concretas que se manifestem no cotidiano escolar.

Tais conflitos não acontecem apenas entre os alunos, os professores e demais profissionais que atuam na escola, de forma inconsciente ou não, também estão envolvidos em atos de preconceitos e discriminação para como os sujeitos vistos como diferentes, fato esse que dificulta ainda mais na intervenção e resolução dos conflitos.

As questões referentes às relações étnico-culturais não são trabalhadas de forma satisfatória e significativa nas escolas. As atividades direcionadas a essa temática, geralmente, só acontece em ocasiões específicas, como: dia do índio, 20 de novembro, 13 de maio, etc., ou de forma isolada por iniciativa do professor. E que nos leva a questionar: como promover a educação das relações étnico-raciais, se a escola ainda se encontra com um currículo fechado para a diversidade? Como observa Cavalleiro (2005, p. 68):

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muito momento, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra.

São por estes e tantos outros motivos que a educação ainda se configura como uma das principais preocupações e campo de ação do movimento negro brasileiro.

É válido ressaltar que a escola como espaço onde as diferentes presenças se encontram tem papel fundamental no processo de socialização dos alunos, portanto, não deve omitir-se diante da realidade do racismo, do preconceito e da discriminação presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no ambiente escolar. Uma forma da escola, se não acabar, pelo menos minimizar os conflitos sociais que perpassam pelo seu ambiente é colocando em prática uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, uma educação das relações étnico-raciais, como nos orientam as diretrizes curriculares nacionais.

Mas, para se colocar de fato em prática uma educação das relações étnico-raciais será preciso que todos os envolvidos no processo educacional (professores, coordenadores, gestores, pais, alunos, etc.) percebam a diversidade de sujeitos que se fazem presente no espaço escolar e compreendam a necessidade de incluí-los no currículo da escola.

Enfim, como assinala Gadotti (1992), por ser um termo ainda novo para nós, fala da educação multicultural – uma educação das relações étnico-raciais, no Brasil, é assumir riscos e enfrentar problemas, uma vez que, segundo o autor citado, somos um país etnocêntrico, e que embora multirracial, “nas suas escolas comporta como se fosse monoétnico, desconhecendo a existência de outras culturas e etnias que não a ocidental cristã” (id., p. 03).

Considerações finais

Em linhas gerais, podemos afirmar que as ações das organizações que compõem o Movimento Negro brasileiro, na construção e promoção da educação das relações étnico-raciais, têm surtido efeito junto ao Estado e, em particular, junto às escolas. E que mesmo com todas as dificuldades em se colocar em prática uma educação para a diversidade, já são vislumbradas, em todos os níveis e modalidade de ensino, iniciativas educacionais numa perspectiva multicultural, conforme nos orientam os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs), as leis (10.639/03 e 11.645/08) e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Podemos afirmar também que desde 1970, bem antes da temática pluralidade cultural ser incluída nos PCNs, e das referidas leis, diferentes organizações negras brasileiras, de maneira especial as organizações negras baianas, já vêm desenvolvendo paralelamente junto às escolas projetos educacionais que toma como princípio a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro.

No entanto, mesmo com os avanços que se vem tendo na construção e promoção de uma educação plural, as escolas brasileiras, em sua maioria, ainda se baseiam numa concepção eurocêntrica e monocultural de educação, que não corresponde às necessidades e interesses dos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados.

São muitas as barreiras que impede pôr-se em prática uma educação das relações étnico-raciais no Brasil. Romper essas barreiras não é uma tarefa fácil, porém não é impossível. A escola em que se pense democrática tem por obrigação colocar em prática uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista, isto é, pautada no respeito à diversidade étnica e cultural, e contribua para o desarraigamento de qualquer tipo de preconceito e discriminação, de forma que o respeito às diferenças seja uma constante. Como assinala Gomes (2003, p. 73), “reconhecer as diferenças implica romper com preconceitos, superar as velhas opiniões formadas sem reflexões, sem o menor contato com a realidade do outro”.

Os resultados parciais das análises das entrevistas realizadas com os militantes do movimento negro baiano, que atuam no campo da educação, mostram que apesar dos trabalhos significativos desenvolvidos pelas organizações negras nacionais, em particular, pelas organizações negras baianas, na construção e promoção da educação das relações étnico-raciais, falta formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na área educacional; Os cursos de licenciatura ainda não oferecem os subsídios necessários para que os futuros educadores trabalhem com uma abordagem educacional plural, assim como, o Estado não oferecer cursos de formação continuada que realmente dê elementos para estes desenvolvam seu trabalho conforme orientam as leis e diretrizes curriculares nacionais.

Enfim, há de se concordar que a construção da educação das relações étnico-raciais não é papel apenas das organizações que compõem o Movimento Negro, e sim de todos os envolvidos, diretamente ou indiretamente, com o processo educacional. Há de se concordar também que os resultados têm sido significativos, porém lentos, há ainda muito a avançar na promoção de uma educação plural (ARROYO, 2007). E que mesmo com todas as dificuldades, o Movimento Negro brasileiro, ao longo das últimas décadas, tem conseguido dar visibilidade tanto às suas demandas à sociedade brasileira quanto à sua atuação na elaboração de políticas afirmativas de inclusão, reparação e respeito à diversidade, em todas as áreas sociais, principalmente, na educacional.

Referências

ARAÚJO, Jurandir de A. Educação, desigualdade e diversidade: os grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul.–out. 2012, p. 114-125.

ARROYO, Miguel González. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-130.

BONETI, Lindomar W. Educação e Movimentos Sociais Hoje. In: JEZINE, E; ALMEIDA, Maria de Lourdes P. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 11-101.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FONSECA, Marcus Vinícius. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: FONSECA et al (Orgs). **Negro e Educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro**. São Paulo: Ação Educativa/Anped, 2001. p. 11-36.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, vol. 10, nº 18, p. 133-154, abril de 2011.

_____. Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 97-109.

_____. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, M. N; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (Orgs). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

_____. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz G; BARBOSA, Lucia M de A. (Orgs). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: UFSCar, 1997. p. 17-30.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Set/Out/Nov/Dez, nº. 15, p. 134-158, 2000.

HADDAD, Sérgio. **Educação e exclusão no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

LIMA, Ivan Costa. **Uma Proposta Pedagógica do Movimento Negro no Brasil**: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo. Dissertação (Mestrado em Educação e Movimentos Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - Santa Catarina, 2004. Disponível em: <www.tede.ufsc.br/teses/PEED0465.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

MOURA, Clóvis. **História do negro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1984.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizontes: Nandyala, 2008.

SILVA, Ana Célia. Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico-racial. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 139-151, jan./jun., 2002.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. IN: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 65-78.

SILVA, Joselina da. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 100-126